



Ministro e senador negam participação no esquema

17/09/2007

O ministro das Relações Institucionais Walfrido dos Mares Guia e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) negaram a participação no esquema do mensalão mineiro. Segundo relatório da Polícia Federal, revelado pela **Consultor Jurídico** no sábado (15/9), o ministro participou da movimentação de dinheiro sem origem declarada na campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998, de Azeredo. Mares Guia era vice-governador.

O ministro anunciou que mandará fazer uma auditoria em todos os seus negócios. Enquanto isso, Azeredo afirmou que os problemas financeiros da campanha ao governo de Minas Gerais, em 1998, não foram de sua responsabilidade. O senador só teria tomado conhecimento deles posteriormente.

A assessoria de Azeredo alega que o autor da lista dos políticos beneficiados por recursos durante a campanha é o lobista Nilton Monteiro, que teria falsificado as informações e, até, a assinatura do então governador. Na época em que a lista tornou-se pública, Azeredo processou Monteiro pela suposta falsificação.

De acordo com o relatório da PF, o comitê da campanha de Azeredo montou uma estratégia “para legitimar (lavar) os recursos que seriam empregados durante a dispendiosa campanha, tendo por base a utilização das empresas de publicidade de Marcos Valério no desenvolvimento da sofisticada técnica conhecida por commingling (mescla)”. Ainda de acordo com o relato da Polícia, a mescla consiste “na utilização de estruturas empresariais legítimas para a reunião de recursos obtidos lícitamente, a partir de atividades comerciais normais, com outros obtidos ilícitamente”.

Em nota, o ministro Walfrido dos Mares Guia informou que o resultado da auditoria em seus negócios será apresentado à Receita Federal e à Justiça. “As receitas das empresas do ministro são transparentes e oriundas de negócios absolutamente lícitos e declarados à Receita Federal. Reiteramos que todas essas explicações foram dadas à Polícia Federal e estão documentadas”, diz a nota. “Não há nada na vida política e empresarial do ministro que não seja absolutamente lícito e transparente.”

O comunicado nega as acusações de que Mares Guia teria arrecadado recursos para a campanha de Azeredo e argumenta que, na época, era candidato a deputado federal. “O coordenador geral da campanha de Azeredo em 1998 era o senhor Carlos Eloy e o coordenador financeiro era o senhor Cláudio Mourão. Como qualquer correligionário, e acima de tudo amigo, o ministro Walfrido ajudou o então candidato Azeredo no segundo turno daquelas eleições, em ocasiões pontuais”, registra a nota.

Mares Guías afirmou ainda que fez um empréstimo em 2002, em nome de sua holding Samos Participações, para ajudar Azeredo a saldar dívida de campanha do tucano. “O dinheiro foi

depositado na conta indicada nos papéis levados ao ministro. O empréstimo foi quitado regularmente dentro das condições contratuais.”

Mensalão mineiro

O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, encarregado pela Ação Penal do mensalão, recebeu da PF um relatório de 172 páginas descrevendo o esquema apelidado de mensalão mineiro.

A acusação versa sobre a campanha eleitoral à reeleição, em 1998, do ex-governador de Minas Gerais, hoje senador, Eduardo Azeredo. O documento aponta o ministro Walfrido dos Mares Guia como uma das partes atuantes de “uma complexa organização criminosa”. A PF pede a quebra dos sigilos da empresa do ministro Walfrido, a Samos Participações Ltda.

A PF afirma que a campanha de Azeredo usou um esquema para transformar dinheiro ilegal em recursos lícitos. “Tratavam-se de fundos públicos desviados das administrações direta e indireta do Estado de Minas Gerais e de valores repassados à coligação eleitoral por empresários, empreiteiros e banqueiros com interesses econômicos junto ao poder público daquela unidade da Federação.”

Datado de 4 de julho de 2007, o relatório da Polícia Federal traz documentos comprometedores para o ministro Walfrido: um deles tem o carimbo “Confidencial”, com a chancela lustrosa da Receita Federal. Datado de 15 de maio de 2006, o extrato da Receita indica que Walfrido teria feito movimentações financeiras “até 20 vezes maiores do que as declaradas ao Fisco”.

Exemplo: em 2002 Walfrido declara que sua empresa teve a receita de R\$ 1,1 milhão. Mas a movimentação dela, segundo o documento, teria sido R\$ 22,2 milhões. No ano fiscal de 2004 a receita declarada da Samos era de R\$ 648 mil. Mas as movimentações financeiras, ainda de acordo com o relatório, passaram de R\$ 3,1 milhões. Não fica claro se o volume da movimentação foi a soma de entradas e saídas ou se este foi, ao final do ano, o saldo constante na conta.

De acordo com o relatório, as investigações partiram do depoimento do então candidato a vice de Eduardo Azeredo, Clésio Andrade, ex-sócio de Marcos Valério na empresa SMP&B. Sem meias palavras, Clésio atesta que o ministro Walfrido seria a peça-chave de um “núcleo de poder” do governo Azeredo e, por conseguinte, da campanha à reeleição.

A Polícia Federal, de fato, encontrou anotações manuscritas com estimativas de gastos da campanha, feitas por Walfrido. Em seu depoimento, o ministro revelou que pertencem a ele os rascunhos mal traçados com valores constantes lado a lado de inúmeras abreviaturas.

Perguntado sobre qual o significado das iniciais “JM”, o ministro Walfrido afirmou se tratar da candidata ao Senado Júnia Marise, para quem seriam remetidos R\$ 500 mil.

Na investigação, a PF rastreou a pista. Chegou até R\$ 200 mil das empresas de Marcos Valério drenados para os assessores de Júnia Marise. Já a sigla HG, ladeada do numeral 280, disse Mares Guia, era uma referência ao candidato a senador Hélio Garcia. Mas Walfrido meteu os pés pelas mãos, num trecho, e não explicou o significado da sigla “TP”, beneficiada com R\$ 1,8 milhão.



Walfrido é apontado como o negociador do contrato da campanha publicitária de Azeredo feita por Duda Mendonça. De acordo com depoimento de Cláudio Mourão, o tesoureiro da campanha, os serviços da empresa de Duda custaram R\$ 4,5 milhões: “R\$ 700 mil entregue em espécie e o restante pago por fora, conforme acordo estabelecido com Walfrido dos Mares Guia”.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-set-17/ministro_senador_negam_participacao_esquema/